

Ata da 923ª (nonacentésima vigésima terceira) Sessão do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada no dia 08 de julho de 1993.

Às 17:00 (dezessete) horas do dia 08 (oito) de julho de 1993 (mil novecentos e noventa e três) na sede da Seccional, situada à Rua do Imperador Pedro II, nº 235, nesta cidade, reuniu-se em sessão extraordinária, o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, sob a presidência do Conselheiro Jorge da Costa Pinto Neves e secretariada pelos Conselheiros Elizabeth Veiga Chaves e Marcelo Côrte Real. Presentes, também, os Conselheiros: Ana Maria Oliveira de Moura, Eduardo Chaves Pandolfi, Francisco Josafá Moreira, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, João Pinheiro Lins, Joaquim Bezerra de Medeiros, José Carlos Cavalcanti de Araújo, José Duarte Aguiar, Laura Cândida Dubourcq de Barros, Luis Fernando Mota Dubeux, Manoel Cavalcanti de Albuquerque Sá Netto, Maria Antonieta Alves Chiapetta, Maria Rollemberg Barreto Freire, Marileide Monteiro da Hora, Otávio Garibaldi Pinto, Raimundo Gomes de Barros e Romildo Ramos da Silva. Ausentes, portanto, os Conselheiros: Kleber de Mendonça Vasconcelos, Marconi Catulo da Silva Dourado, Olympio Fraga Netto e Renato Santos Pinheiro. Justificou sua ausência, nos termos do art. 24, "in fine" da Lei nº 4.215/63 o Conselheiro Olympio Fraga Netto. Antes de iniciar os trabalhos, desta sessão, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves solicitou a 1ª Secretária, Conselheira Elizabeth Veiga Chaves que fizesse a leitura dos nomes dos estagiários que prestaram nesta solenidade o compromisso estatutário. ADOGADO INSCRIÇÃO DEFINITIVA: Fernando Antônio Ribeiro de Vasconcelos. INSCRIÇÕES ESTAGIÁRIOS: Jeanne Aguiar Pinheiro de Souza e Marcelo Marinho Bazilio Mendes. Em seguida, a Conselheira Elizabeth Veiga Chaves passou a leitura ao Expediente. O EXPEDIENTE constou do seguinte: 01) Ofício nº 3125/93 - do Dr. Fred Oliveira, Presidente da Câmara Municipal do Recife, comunicando que aquela Casa, aprovou o requerimento nº 1162, de autoria do Vereador Waldemar Borges, consignado voto de aplausos a esta Seccional, no esclarecimento da Justiça sobre o andamento dos Processos envolvendo Juízes em denúncias de corrupção. 02) Ofício nº 663/93 - do Dr. Castro Meira, Presidente do TRF - 5ª Região, agradecendo a participação do Dr. José Rafael de Menezes, em sessão solene em homenagem ao Jurista Seabra Fagundes, realizada em 16 de junho último. 03) Ofício nº 70/943 - da Drª Lúcia Maria Berenstein, advogada inscrita nesta OAB/PE sob o nº 8.398, esclarecendo

sobre Matéria publicada em jornal de grande circulação, no que pertine a assunto ligados a correição efetuada na 2ª Vara Cível da Capital e sua pessoa. 04) Ofício nº 02/93 - do Dr. Gilvandro Estrela de Oliveira, Presidente da Sub-Secção de Belo Jardim, informando que no cartório da 1ª e 2ª Vara daquela Comarca, foi constatado que as contribuições relativas à OAB e CAAPE, estão sendo recolhidas de forma regular, especialmente no período de jan/91 a dez/92. 05) Ofício nº 24/93 - do Dr. Djalma Paes, Presidente da CPI formalizada pelo Ato 97/93 (Queiroz Galvão) na Assembléia Legislativa, solicitando as necessárias providências no sentido de esclarecer aquela Comissão, sobre a competência da mesma trazer sobre vara testemunha que se recusar a comparecer para depor perante aquele Colegiado. 06) Ofício Circular nº 020/93 - do Dr. Edilson Oliveira e Silva, Presidente da OAB, Seção do Pará, encaminhando cópia da "Carta de Belém", assinada durante o encerramento do Seminário "Impunidade e Violência", promovido por aquela Seccional nos dias 21 a 23 de junho último, a qual exige ao Poder Público nova política de controle e prevenção à questão da violência e impunidade no País. 07) Carta da Drª Marly Regalato da Silva, advogada inscrita nesta OAB/PE, sob o nº 11.005, informando que por motivo de assalto, foi subtraído do interior de seu automovel, processos criminais da Comarca de Serra Talhada, no qual fora nomeada defensora dos acusados. Informa, ainda, que irá providenciar imediatamente o pedido de restauração dos citados processos. 08) Ofício nº 54/93 - do Dr. Francisco Cruz Rosa, Presidente da Subseção de Salgueiro, reiterando os ofícios 48 e 50/93, solicitando agilidade do Conselho Seccional no tocante à consulta formulada por aquela Diretoria. 09) Ofício nº 138/93 - do Dr. José Roberto Batocchio, Presidente do Conselho Federal da OAB, encaminhando cópia do voto acolhido, à unanimidade, por aquele Conselho, julgando o Processo nº 3.686/92, referente a Justiça Federal, Litisconsórcio Ativo e Limite. 10) Carta do Dr. Sérgio Zveiter, Presidente da OAB, Seção do Rio de Janeiro, comunicando que juntamente com o Movimento pela ética na Política, estão articulando a campanha "Matar a Fome é Fazer Justiça". Solicita, outrossim, a participação desta Seccional nesta Campanha. 11) Ofício nº 115/93 - do Dr. José Roberto Batocchio, Presidente do Conselho Federal da OAB, encaminhando cópia do voto acolhido, à unanimidade, por aquele Conselho, solicitando que esta Seccional gestione, junto aos Deputados Federais de sua representação, a não aprovação do projeto da Emenda Constitucional nº 138. Decidiu o Conselho, à unanimidade, por sugestão do Presidente Jorge da Costa Pinto Neves, designar o Conselheiro Eduardo Chaves Pandolfi, Relator da matéria. 12) Ofício nº 22/93 - do Sr. Jorge Bezerra Espíndola, Presidente do Clube dos Previdenciários de Pernambuco, denunciando irregularidades no saque do FGTS. 13) Requerimentos dos Srs. José Cláudio, Angela Maria e Charles Willians Gonçalves Lopes, representando contra o Dr.

Ed-Ek Gonçalves Lopes, Juiz Titular da Quinta Vara Crime por Distribuição desta Comarca. Decidiu o Conselho, à unanimidade, encaminhar a presidência do Conselho de Magistratura, para que seja tomadas as necessárias providências. 14) Expediente do Dr. Eliah Duarte, advogado inscrito nesta OAB/PE sob o nº 2259, enviando cópia do Mandado de Segurança contra o Juiz da 11ª Vara Cível desta Comarca. 15) Carta do Conselho Popular de Petrolina e outros congratulando-se com o Presidente Jorge da Costa Pinto Neves e com o Presidente do Conselho Federal Dr. José Roberto Batochio, pela proposta de transformar a OAB em ponto de apoio para as Ações populares conta atentados à moralidade e aos recursos públicos. 16) Requerimento dos advogados nele assinados solicitando a interferência do Presidente Jorge da Costa Pinto Neves, junto ao Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para que o mesmo torne sem efeito a portaria que determina que os depósitos referentes às Ações de indenização por acidente do Trabalho sejam efetivadas pelo INSS junto ao posto de serviço do BANDEPE. 17) Carta dos advogados nela assinados, solicitando a interferência do Presidente Jorge da Costa Pinto Neves, junto ao Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para que o mesmo determine seja publicado mensalmente os processos que sobem para a expedição do precatório e uma relação dos precatórios efetivamente expedidos. 18) Ofícios nºs 001/93 e 863/93 das Seccionais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, respectivamente, comunicando imposição de pena aos advogados, conforme discriminados nos mesmos. 19) Ofício nº 51/93 - da Drª Maria de Fátima G. Leite de Almeida, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível com atribuições para a Infância e Juventude em Caruaru, encaminhando cópias de expediente ocorrido naquela Comarca, envolvendo tráfico de Crianças. Decidiu o Conselho, à unanimidade, por sugestão do Conselheiro Jorge da Costa Pinto Neves, encaminhar o presente documento à Comissão de Direitos Humanos, desta Seccional, para as devidas providências. 20) Requerimento do Advogado Ivaldo Nunes de Moura, inscrito nesta OAB sob o nº 11.977, solicitando designação de um Conselheiro para apurar denúncias feita pelo mesmo e as condições de cárcere que se encontra. Outrossim, solicita, ainda, seja oficiado a 2ª Vara das Execuções Penais, dando ciência da situação. 21) Recurso do advogado Bráulio Fernando Buarque de Lacerda, inscrito nesta Seccional sob o nº 2.604, solicitando total provimento quanto ao julgamento do Processo Disciplinar nº 97/89 - CED, contra sua pessoa, onde foi aplicada a pena de advertência. Dando continuidade, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves, solicitou fosse dado início aos trabalhos da Ordem do Dia. A ORDEM DO DIA constou do seguinte: 01) Processo nº 51/90 - CED I, representação conta a advogada Maria Lúcia Soares de Albuquerque. Representante: Maria das Neves Oliveira da Silva. Relator: Conselheiro Joaquim Bezerra de Medeiros, relatado pela Conselheira Laura Cândida Dubourcq de Barros, que havia pedido vistas no Processo.

Discutida a preliminar de viabilidade do processo por cerceamento de direito de defesa pela Representada, a mesma foi rejeitada, por maioria, contra os votos dos Conselheiros Laura Cândida Dubourcq de Barros, Manoel Cavalcanti de Albuquerque Sá Netto e Abstensão de Maria Rollemberg Barreto Freire. No Mérito, decidiu o Conselho, por maioria, e acompanhando o parecer do Conselheiro Joaquim Bezerra de Medeiros, que mudou seu voto, determinar o arquivamento do Processo, contra os votos dos Conselheiros Laura Cândida Dubourcq de Barros, Ana Maria Oliveira de Moura, Marcelo Côrte Real e Elizabeth Veiga Chaves. Absteve-se de votar a Conselheira Maria Rollemberg Barreto Freire. Os demais itens da Ordem do Dia foram adiado para a próxima sessão do Conselho, à realizar-se no dia 29 (vinte e nove do corrente). Em seguida, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves colocou em discussão 02(duas) propostas: a primeira de concessão da Medalha Joaquim Amazonas, aos advogados inscritos nesta Seccional e que completaram 50 (cinquenta) anos de ininterrupto exercício da profissão, sem terem sofrido, penalidade disciplinar. Por unanimidade, decidiu o Conselho a concessão da Medalha Joaquim Amazonas, aos advogados: Audemario Guerra dos Santos, Maria Clea de Souza Coutinho, Laercio Coutinho de Barros, Lourival Faustino Vila Nova, Severino Barbosa Leite, José Ernesto Domingues da Silva e José Maria Othon Sidou. A 2ª proposta foi a concessão do Prêmio Dom Hélder Câmara de Direitos Humanos. Por unanimidade, decidiu o Conselho, a concessão do Prêmio ao Sociólogo Herbert de Souza. Prosseguindo, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves, comunicou os pedidos de renúncia dos cargos de Presidente e Secretário da Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco - CAAPE, da Drª Laura Cândida Dubourcq de Barros e do Dr. Flávio Marques Koury, respectivamente, solicitando ao Conselho que deliberasse sobre a escolha dos advogados substitutos. Foram sugeridos os nomes da advogada Solange Rosa Miranda, para o cargo de Presidente e do advogado Ernesto Bezerra Cavalcanti, que estava como Suplente, no Conselho Fiscal, para o cargo de Secretário. Colocado em votação foram os mesmos aprovados, à unanimidade. Com a escolha dos novos advogados a Diretoria da CAAPE ficará assim constituída: Presidente: Solange Rosa Miranda; Secretário: Ernesto Bezerra Cavalcanti; Tesoureira: Eveline Valença Ferreira de Souza Leão; Conselho Fiscal: José Marcionilo de Barros Lins Filho; 1º Titular: Júlio de Oliveira Neto; 2º Titular: Maria de Lourdes Caldas Câmara. Suplentes: 01. João Carlos Marques Regueira. 02. Roberto José Pereira da Cunha; 03. Roberto Antônio Furtado de Mendonça. Em seguida, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves, comunicou ao Conselho, o pedido de licença, por tempo indeterminado, do Conselheiro Renato Santos Finheiro, solicitando ao Conselho que deliberasse sobre a escolha do Conselheiro substituto. Foi sugerido o nome do advogado Waldomiro Santos Evangelista. Colocado em votação foi o mesmo aprovado, à unanimidade. O Conselheiro recém-eleito,

presente a sessão tomou posse. Dando continuidade, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves, trouxe à discussão do Conselho as notícias veiculadas pela mídia, nas últimas semanas, e que acusam de nepotismo os Presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 6ª Região, Dr. Clóvis Correia de Oliveira Andrade Filho, e o Presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco, Dr Newton Gouveia. Após alguns pronunciamentos, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves, propôs convidar através de ofício, o Presidente do TRT e o Presidente da AMATRA, para participarem de reunião nesta Seccional, convocando, inclusive, toda a Classe, o Sindicato dos Advogados, Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco, a Imprensa e o Público em Geral. A referida proposta foi aprovada, à unanimidade. Devido ao adiantado da hora, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves deu por encerrada a Sessão, até à lavratura da presente Ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelos Srs. Presidente e Secretários da Sessão.

Sala das Sessões, 08 de julho de 1993

JORGE DA COSTA PINTO NEVES
Presidente

ELIZABETH VEIGA CHAVES
1ª Secretária

MARCELO CÔRTE REAL
2º Secretário